



BOLETIM
SUREAR
EDIÇÃO ESPECIAL
RELAÇÃO CUBA - ESTADOS UNIDOS

Editorial

Surpreendeu o mundo o anúncio da retomada das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba feito pelos presidentes Barack Obama e Raul Castro, no último dia 17 de dezembro. Assim como a queda do Muro de Berlim marcou o fim do século XX para os europeus, a queda do “muro do Caribe” marca, com décadas de atraso, o fim definitivo da Guerra Fria no continente americano.

O reconhecimento estadunidense da obsolescência de sua política hemisférica faz jus à importante promessa de campanha de Obama de rever a política nacional para Cuba. Trata-se ainda do primeiro passo. Outros anacronismos devem ser imediatamente revistos.

Antes mesmo do anúncio recente, a última Cúpula das Américas de 2012, em Cartagena, foi marcada pelo consenso, entre os países latino-americanos, da necessidade da participação de Cuba nesse fórum. A Cúpula do Panamá em 2015, já com a participação de Cuba, representará uma vitória da diplomacia latino-americana para o país e poderá ser o espaço para o anúncio do fim da suspensão de cinco décadas desse país na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Ainda que esse organismo tenha sido criado como ponte entre a hegemonia dos Estados Unidos e o resto do hemisfério e que outras organizações mais adequadas ao novo contexto regional de integração tenham recentemente surgido (CELAC, Unasul), é simbolicamente importante a reincorporação de Cuba como reconhecimento da histórica demanda latino-americana do princípio da autodeterminação dos povos. A menção expressa do presidente Obama a esse princípio traz indícios de uma mudança significativa face a recente postura do seu próprio secretário de Estado, John Kerry, que chegou a reproduzir o velho discurso de que a América Latina seria o quintal dos Estados Unidos.

Tema mais espinhoso será o necessário fim do embargo, dado que depende do Congresso no qual Obama não tem maioria. Quando esse dia chegar, a política hemisférica dos Estados Unidos terá, enfim, ingressado no século XXI.

Rafael Arantes, presidente

Sala Situacional

ESTADOS UNIDOS DE VOLTA AO XADREZ HEMISFÉRICO

Por Felipe Ramos e Fernanda Furtado

A década de 1990 foi marcada pelo alinhamento dos governos latino-americanos mais liberais às diretrizes econômicas e políticas dos Estados Unidos. No contexto do declínio das políticas nacional-desenvolvimentistas e da abertura dos mercados nacionais, a formação de blocos regionais com ênfase no livre comércio passou a ser o centro das políticas externas na região. A diplomacia estadunidense propôs, então, a formação de uma área de livre comércio que alcançasse todo o continente americano, “do Alasca à Patagônia”, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Foi uma década de diplomacia ativa e engajamento dos Estados Unidos na região.

No âmbito político-militar, o atentado às torres gêmeas, em 11 de setembro de 2001, levou os Estados Unidos a mudar o foco de sua política externa para o Oriente Médio, com a Doutrina Bush, a Guerra ao Terror e as invasões do Iraque e do Afeganistão. Paralelamente, o eixo dinâmico da economia mundial migrou para os países emergentes, primeiramente no sudeste asiático, com destaque para a China. Logo, os altos preços do petróleo e demais commodities e a ascensão vertiginosa da demanda chinesa estimularam

o crescimento econômico na América Latina. Simultaneamente, a região respondeu ao custo social dos ajustes estruturais liberalizantes com a eleição de presidentes de orientação não liberal, que recolocaram o Estado como agente indutor do desenvolvimento.

Com a sentida retirada norte-americana e a nova conjuntura política na região, a proposta da ALCA foi rechaçada na Cúpula das Américas em Mar del Plata, em 2005. O período compreendido entre 2006 e 2013 foi marcado pelo auge histórico do processo de integração latino-americana, com o surgimento de novos projetos de integração, como a Unasul e a CELAC, sem hegemonias extrarregionais. Outros arranjos, tradicionais e tutelados, como a OEA, a Cúpula das Américas e a Cúpula Ibero-americana, ficaram sujeitas ora ao esvaziamento, ora ao conflito.

Agora, o fim do superciclo das commodities, a queda do preço do petróleo, a desaceleração chinesa e a recuperação norte-americana pós crise de 2008 têm colocado desafios à continuidade das políticas neo-desenvolvimentistas de parte dos países da região. Com a conjuntura de estagnação econômica, o espaço para uma diplomacia presidencial de líderes carismáticos, como ocorrida durante os governos de Lula e Chavez, diminuiu.

É nesse contexto que Obama anuncia o retorno dos Estados Unidos ao xadrez hemisférico. Levando em conta a conjuntura atual do segundo mandato presidencial, quando a reeleição não é mais uma questão, o presidente aposta na execução de promessas de campanha até então ignoradas e assim retoma um espaço de liderança e pode reposicionar a capacidade norte-americana de formação de agendas na região.

Fatos & Dados

O QUE É O EMBARGO E O QUE OBAMA DE FATO ANUNCIOU?

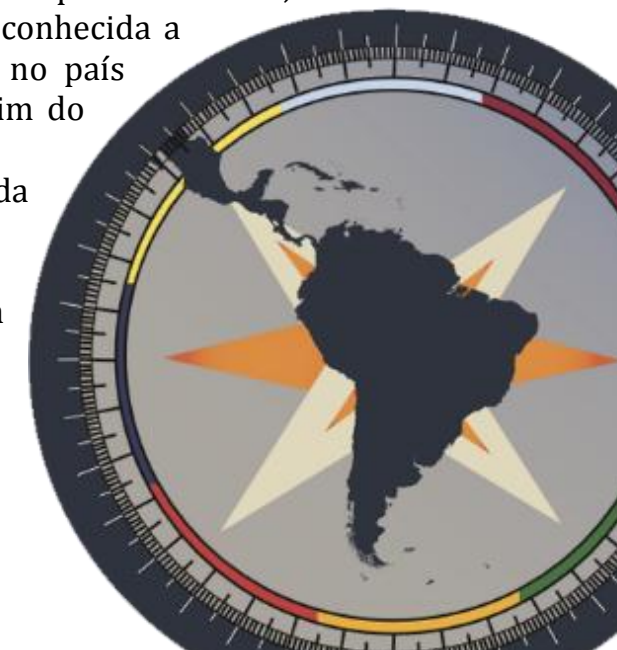
Por Henrique Oliveira

O embargo dos Estados Unidos à Cuba é um conjunto de medidas que desde 1960 limita as relações diplomáticas, econômicas, comerciais e financeiras entre os dois países. *El bloqueo*, como é chamado em Cuba, se tratou inicialmente de contenções comerciais, como a restrição da importação de açúcar, principal produto da pauta de

exportações do país naquele momento, mas foi ampliado devido a crise dos mísseis e a invasão da Baía dos Porcos, no governo Kennedy (1961-1963), resultando na restrição da circulação de estadunidenses na Ilha, além de congelamento de ativos cubanos nos Estados Unidos. Essa relação conturbada foi constituída de idas e vindas, com

endurecimentos e flexibilizações desse conjunto de medidas de embargo, até ser convertido em lei durante os anos de 1992 e 1996 (Lei Torricelli, Lei Helms-Burton). As críticas internacionais à medida, no contexto do “período especial” na ilha, como ficou conhecida a grave crise no país devido ao fim do apoio econômico da União Soviética, levaram a permissão da exportação de alimentos

“O recente anúncio do presidente Obama não põe fim a questão porque o fim do embargo depende da revogação das leis pelo Congresso, onde Obama não conta com a maioria”



dos Estados Unidos para Cuba enquanto medida que poderia ser realizada, a despeito das leis de embargo, devido ao seu caráter humanitário. O fim do embargo estadunidense a Cuba é uma demanda que tem paulatinamente sido abraçada pelo conjunto de países latino-americanos e caribenhos e foi diversas vezes aprovado por ampla maioria como recomendação das Nações Unidas.

O recente anúncio do presidente Obama não põe fim a questão porque o fim do embargo depende da revogação das leis pelo Congresso, onde Obama não conta com a maioria. De qualquer modo, o discurso do presidente estadunidense não deixa de ser uma das páginas mais importantes da história dessa relação bilateral. Podem ser destacados os seguintes pontos no anúncio de Obama: a libertação e repatriação de três agentes de inteligência cubanos em troca de um preso político estadunidense e um agente da CIA; conversações para o restabelecimento das relações diplomáticas; passos para a reabertura da embaixada em Havana; a revisão do status de Cuba como Estado que apoia o terrorismo; facilidades para que os cidadãos americanos viajem a Cuba e a possibilidade de que utilizem cartões de crédito e débito na ilha; o incremento do teto das remessas que podem ser enviadas a Cuba e a remoção dos limites em transações destinadas a projetos humanitários, ao povo cubano e ao setor privado em Cuba; permissão para que as instituições financeiras estadunidenses possam abrir contas nas instituições financeiras cubanas; a facilitação das exportações de produtos estadunidenses para Cuba; o incremento de conexões de telecomunicações e internet e a permissão para que sejam vendidos equipamentos que

permitam aos cubanos comunicarem-se. Trata-se, ainda, de uma “carta de intenções”, sem prazos ou procedimentos detalhados a serem tomados de imediato.

Janela de Oportunidade

Equipe Surear

A aproximação entre Cuba e Estados Unidos abre o horizonte de possibilidades comerciais e de atração de investimentos e capitais para a economia da ilha. Três setores se destacam: turismo, remessas e logística.

Com 11 milhões de habitantes, Cuba já recebe cerca de 3 milhões de turistas anualmente. Especula-se que esse número pode chegar a 9 milhões de pessoas, quase alcançando a marca de um turista por habitante. Com as possíveis facilidades nas transações financeiras (contas bancárias, cartões de crédito e débito), o efeito *spillover* do setor turismo para o restante da economia será expressivo. Hoje, com a economia de dupla moeda, apenas a parcela da população empregada no setor turístico e

atividades conexas tem acesso à moeda paritária e conversível ao dólar, que é escassa. Isso tem gerado um aumento das desigualdades no acesso a bens e serviços mais caros disponíveis aos turistas estrangeiros, bem como dificuldades para a reunificação monetária. Com o influxo de dólares em grande quantidade, setores ligados a exportação, importação e consumo serão

beneficiados.

A ampliação do teto das remessas e a facilitação de transações financeiras em cartão possibilitará, do mesmo modo, um aumento de moeda estrangeira enviada, principalmente pelos exilados cubanos em Miami e Nova Iorque.

Por sua vez, a posição estratégica do Porto de Mariel, construído por empresa brasileira e financiado pelo BNDES, estabelece a logística necessária para essa nova fase da economia cubana. Localizado a 200 km da costa da Flórida, Mariel poderá receber insumos e bens para o mercado doméstico da ilha e servir como plataforma logística de reexportação e distribuição aos Estados Unidos. De forma complementar, o complexo portuário poderá receber navios de passageiros. Discute-se, inclusive, uma linha direta entre Miami e Cuba.

Olho Vivo

Equipe Surear

O restabelecimento gradual de laços diplomáticos e econômicos entre os Estados Unidos e Cuba foi anunciado pelos presidentes Barack Obama e Raul Castro como resultado de dezoito meses de negociações secretas intermediadas pelo papa Francisco e realizadas no Canadá. Ambos os países apresentam largo histórico de ativa diplomacia secreta e profissional, voltada menos para princípios abstratos e mais para resultados concretos.

A vitória simbólica histórica de Cuba e seus aliados latino-americanos no tema do fim do isolamento da ilha, no entanto, não exclui riscos.

Em termos domésticos, o processo de abertura econômica pode gerar fortes reacomodações da estrutura social e incrementar demandas também no nível político. O novo desenho social, econômico e político dependerá de como o Estado processará as demandas e como a sociedade se comportará em contexto de maior afluência material.

Do ponto de vista dos impactos geopolíticos, a reaproximação reposiciona os Estados Unidos na região com capacidade de *agenda-setting*, em momento delicado de retração, por motivos distintos, das ativas diplomacias presidenciais e políticas externas de Brasil e Venezuela, justamente os dois mais importantes aliados de Cuba no hemisfério.

Por um lado, não é suficiente que o Brasil tenha financiado a empresa brasileira que construiu o porto de Mariel. Sua operação, por exemplo, ficou a cargo de empresas de Cingapura. Para estar bem posicionado no momento de possível abertura da economia cubana, é necessário que a política externa brasileira tenha, desde já, planos políticos claros e capacidade de investimento assegurada.

Por outro lado, ao negociar com os Estados Unidos, Cuba demonstrou não desejar ficar dependente do apoio econômico e político da Venezuela, seu aliado ideológico mais próximo. De fato, a venda de petróleo subsidiado através do acordo da Petrocaribe tem sido ameaçada pela queda abrupta e significativa dos preços do óleo no mercado internacional. Para acomodar suas próprias dificuldades econômicas, a Venezuela tem começado a negociar as dívidas dos países que compõem o acordo.

A reaproximação é conveniente para a economia de Cuba, mas pode impactar negativamente nos processos autônomos de integração que vinham sendo levados a cabo na região nos últimos dez anos.

DIREÇÃO:

Rafael Arantes, Presidente
Murilo Arruda, Vice-Presidente
Fabrizio Cedraz, Secretário Executivo
Felipe Ramos, Diretor de Relações Internacionais
Fernanda Furtado, Tesoureira
Fabio Pablo, Diretor de Comunicação
Fabiana Viana, Diretora de Projetos

CONTATO

comunicacao@surear.org

PORTAL

surear.org

FACEBOOK

facebook.com/InstitutoSurear

TWITTER

twitter.com/InstitutoSurear



SUREAR